

# O ensino das africanidades no Cariri cearense

**Cicera Nunes**

Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC  
Docente da Universidade Regional do Cariri – URCA  
E-mail: ciceranunes@hotmail.com

O presente artigo é parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida no Curso de Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC que analisou a cultura de base africana no município de Milagres – CE em sua relação com a educação escolar. Neste município, a festa de Nossa Senhora do Rosário reafirma a nossa relação com o continente africano e constitui-se elemento importante para a compreensão do contexto histórico-cultural da região. A metodologia utilizada tomou como base as narrativas que se deram através da memória individual e coletiva dos atores sociais pertencentes a esse universo. Discutimos possibilidades de redimensionamentos das práticas pedagógicas dos educadores que atuam na educação básica no Cariri cearense a partir dessa expressão cultural de base africana.

Palavras-chave: Congos de Milagres; escola; africanidades caririenses.

## 1. Introdução

No Cariri cearense os Congos de Milagres reafirmam a nossa relação com o continente africano e o ritual transforma-se em um processo de transmissão de conhecimentos. São marcas do legado africano nesta região do Estado do Ceará que permanecem vivas no corpo e na memória dos mais velhos. Nesta manifestação, de origem banto africana, os integrantes louvam Nossa Senhora do Rosário e encontram-se com suas raízes ancestrais.

Entre os integrantes do grupo de Congos toda relação familiar é norteada segundo o poder exercido pelo Mestre, que é o guardião da palavra ancestral e, por isso, garante que os conhecimentos sejam veiculados e compartilhados entre todos os membros. Dessa forma, cuida-se para que não se rompa o compromisso assumido no passado. Com isso, renovam-se os laços com a história da comunidade. Pela via das músicas, das danças e pela linguagem corporal, esta comunidade se encontra com suas raízes ancestrais, vivencia-se o encontro com a sua própria cultura.

No presente artigo - parte das reflexões da pesquisa intitulada *Os Congos de Milagres e africanidades na educação do Cariri cearense* que resultou do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará – UFC - refletimos sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário do Rosário, enquanto um elemento de

ressignificação da cultura negra no Cariri cearense. Esta manifestação é resultado de um longo processo de reelaborações históricas; a festa de Nossa Senhora do Rosário é o momento em que se dá a interação entre os membros da comunidade e as divindades, por isso ocupam um papel singular e importante na dinâmica do grupo. Nos Congos de Milagres a memória ancestral e a oralidade têm uma importância fundamental na transmissão dos conhecimentos. Convém ressaltar que as festas em homenagem aos Reis Congos estiveram presentes em várias regiões do Estado do Ceará nos séculos XVIII e XIX e representam uma marca da resistência do povo negro ao regime de dominação a que historicamente estão submetidos.

O Estado do Ceará carrega uma história de invisibilização da sua população negra. O discurso corrente é de que não tivemos uma população significativa de escravizados e, portanto “O Ceará não tem negros”. Além disso, os processos políticos e a produção dos intelectuais cearenses a partir da segunda metade do século XIX, especialmente os pertencentes ao Instituto do Ceará, influenciados pelas idéias deterministas e evolucionistas predominantes neste período, perseguiram um ideal de europeização, negando a presença negra no nosso Estado e omitindo as condições de vida e formas de organização desta população. São argumentos que revelam um desconhecimento da nossa história e da escravidão que aqui se processou.

Mais recentemente percebemos que a nova historiografia vem se contrapondo ao discurso da invisibilidade negra neste Estado mostrando uma significativa presença de escravizados no período Colonial, além de um contingente de homens livres, na sua maioria pobres negros e pardos que para aqui se dirigiam advindos de várias regiões vizinhas e que passavam a trabalhar como vaqueiros, ou como morador nas fazendas de criar (FUNES, 2004; CARNEIRO, 2007; RATTIS, 1996; CAMPOS, 1982). Estes autores apontam ainda o movimento abolicionista fortemente presente nos anos que antecedem a libertação formal da escravatura e a presença de quilombos em vários municípios cearenses, assim como a forte presença africana na cultura local.

Acreditamos que o estudo dos elementos de africanidades presentes na região do Cariri possibilita uma reorganização da história do negro no Estado do Ceará. Convém ressaltar que os elementos culturais de matrizes africana presentes nessa região tem possibilitado novas reflexões sobre a influência da população negra neste Estado, agora não mais a partir da ótica do escravismo, mas enquanto sujeitos produtores de cultura. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de que os órgãos responsáveis pela educação reavaliem o trabalho pedagógico trazendo para a sala de aula os vários aspectos da nossa vida social e proporcionem uma nova proposta educativa que incorpore o conteúdo da história e das culturas dos africanos e afrodescendentes, como determina a Lei N<sup>o</sup>. 10.639/03.

## 2. Presença negra no Cariri cearense

A Província do Cariri cearense foi habitada inicialmente pelos índios Cariris, habitantes dos terrenos que se estendem na base do Araripe. Foram esses indígenas que deram nome ao Vale, localizado ao Sul do Estado do Ceará, numa área de cerca de 6% do território cearense (OLIVEIRA, 2001). A região tem tido destaque junto ao Estado do Ceará, por sua forte participação socioeconômica e política em todo o Estado. O crescimento econômico de Juazeiro do Norte influenciou as cidades mais próximas, em especial Barbalha e Crato. Juazeiro do Norte, em virtude das romarias em torno do Padre Cícero, transformou-se no centro comercial da região. O comércio e as indústrias artesanais transformaram-se nas principais atividades econômicas da cidade atraindo pessoas vindas de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e outros estados do Nordeste que passaram a residir nesta localidade, na sua maioria atraídos pela fé no Padre Cícero e fugindo dos sertões semiáridos (OLIVEIRA, 2001).

A região foi destaque pela forte cultura canvieira utilizada na produção de rapadura e aguardente com a utilização do trabalho escravizado. Há registros da presença negra desde os anos iniciais da sua ocupação, no final do século XVII (PINHEIRO, 1950; CAMPOS 1982).

O discurso de que teríamos tido um sistema escravista com características brandas em contraposição ao que acontecia em outras regiões do Brasil é contestada por historiadores locais, como é o caso de Campos (1982, p. 15) que reconhece também a necessidade de maiores informações sobre as condições de vida dessa população escravizada que esteve presente no nosso estado:

Depreende-se, assim, que até aqui fomos carentes de melhores e bem fundamentados dados sobre o modo de vida dos nossos escravos antes do seu esperado momento de libertação. Não diríamos, a esclarecer um dos pontos que questionamos, fossem todos escravistas portadores de bom coração. Nem tanto.

Campos (1982, p. 62) retrata os inúmeros e cruéis castigos cometidos contra os escravizados e destaca a importância desses sujeitos para o desenvolvimento econômico do Ceará:

Vendo aos jornais editados no século passado, a partir de 1839, os anúncios de pessoas desejosas de contratar mão-de-obra, deparamos fortes indícios de que os escravos, pelo menos os fugitivos (por essas circunstâncias mencionadas nas publicações da época), eram considerados elementos ponderáveis à contribuição econômica da vida não só das comunidades citadinas, mas das que se encontravam mais distantes, pelo sertão, situação que nos leva a crer terem tido antes atuação mais requisitada pelos que, optando pelo criatório ou arroteamento de terras, não podiam naturalmente abrir mão de sua participação.

Este autor levanta contestações com relação à data da abolição formal da escravatura no Ceará, 1884. Para isso, cita o município de Milagres,

localizado na região do Cariri cearense que continuou mantendo negros cativos mesmo após esta data. Campos (1982, p. 79- 80) enfatiza que:

Por esse contar, vê-se de modo claro que a unanimidade da libertação dos escravos no Ceará, realmente não se dera como apregoada. Há indícios irrefutáveis que dão conta de anomalias ocorridas em tão valorosa campanha. Por exemplo, há capitães de campo em pleno 1887, no Ceará, a serviço de negreiros, procurando pôr a mão em cima de escravo fugido que aqui vinha ter, como sucederia com um que tentando refugiar-se no termo da Telha (hoje município de Iguatú), premido por circunstâncias que não lhe eram propícias, e para não retornar à vida de sofrimentos a que tentava subtrair-se, pratica surpreendente suicídio.

Também encontramos na história do Cariri registros da existência de irmandades religiosas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário onde eram realizadas coroações de Reis por iniciativa própria de seus freqüentadores.

Segundo Pinheiro (1950, p. 238), “Compunha-se de pretos as Irmandades do Rosário, antigamente”. A respeito da de Barbalha o autor informa que:

[...] permitia que dela participassem ‘pessoas de ambos os sexos, condições e cores que por devoção nela quisessem ter ingresso, sendo, porém, privativa dos pretos toda a administração da mesma Irmandade, com exclusão dos brancos e pardos, que não poderão ocupar cargo nenhum, exceto o de tesoureiro, administrador e procurador, ou outro qualquer por devoção’.

Na “Ata da Bênção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Barbalha” está colocado que a idéia de construção de uma Igreja do Rosário surge a mais ou menos um século atrás entre os homens de cor que ansiavam pela criação de um templo dedicado à santa. O documento relata que esta ideia ficou na mente destes homens até 1860 quando conseguem construir os alicerces da igreja na rua que posteriormente tomou o nome de Rua do Rosário. No entanto, devido aos longos invernos esta construção foi soterrada e os seus promotores passam a realizar festividades todos os anos a fim de angariar recursos para a retomada da construção. De acordo com o documento foi o Revmo. Pe. Manoel Cândido dos Santos, então vigário da freguesia, responsável pela iniciativa da construção da Igreja do Rosário, em junho de 1892 (SAMPAIO, 1995).

As festas a que o texto se refere eram realizadas em homenagens aos Reis Congos, segundo o documento uma reminiscência lendária trazida da costa da África e celebrado todos os anos na época de Natal até o dia de Reis:

O enredo era simples e versava em torno de uma guerra, na qual um povo ignorado triunfava dos Reis-Longos e mandava-lhes um embaixador, exigindo que o príncipe herdeiro da coroa, jurasse

fidelidade e afirmasse vassalagem perpétua, aos seus dominadores, vassalagem, aliás, já imposta, e aceita pelos próprios Reis-Longos. Estes reis e rainha apresentavam-se no cenário engalanados a grande uniforme, manto encarnado, de fazenda fingindo púrpura, pendentes dos ombros, espelho redondo ao peito, fazendo de comenda, medalhões de alfofar, coroados de coroas de papelão e papel de lacre que brilhavam, ofuscando, a vista dos presentes. Tinham a sua corte, composta de guerreiros, empunhando lanças e vestidos todos a grande uniforme, à romana de cores as mais e variegadas. Desenrolava-se, então a cena na qual começava por um combate, ao som de canções guerreiras, no qual era vencido o rei-congo (SAMPAIO, 1995, p. 56).

As festas entusiásticas elegiam reis e rainhas. A Irmandade de Crato teve o seu esplendor na segunda metade do século XIX. No dia da festa da padroeira era comum assistirem à missa o rei e a rainha, usando coroas enfeitadas na cabeça e acompanhados de sua corte. Um escravo de nome Rafael, pertencente ao Coronel Luiz Alves Pequeno e uma escrava do Capitão Domingos Lopes de Sena, exerceram durante anos papéis de rei e rainha nessa cidade.

Estas festas ainda hoje fortemente presente em várias cidades da região do Cariri e nos remonta às origens do Reisado. Em Juazeiro do Norte encontramos registros de Aires (1966, p. 1), onde ele descreve a comemoração em torno do dia de reis como “[...] um acontecimento invulgar pelo brilhantismo das representações folclóricas que aqui se realizavam”. Este autor relata como parte deste festejo uma luta que envolvia um grupo de negros e índios tendo como objetivo a tomada dos palácios que eram montados, terminando com a venda dos cativos.

Os dois grupos percorriam as ruas procurando evitar encontro dos dois blocos, coisa que só deveria ocorrer na praça por ocasião do ataque feito ao palácio e domínios da corte do rei Negro e seus súditos. Às 13 horas, ou seja, à uma hora da tarde, os dois grupos se recolhiam aos seus domínios no quadro grande, e ali começavam os festejos e danças. A corte negra se divertia cantando e dançando ao Som da Cabaçal. Os índios recolhidos ao seu acampamento também se divertiam com seus canticos guerreiro e exibições coreográficas, e preparavam-se para o ataque ao reinado Negro (AIRES, 1966, p. 3-4).

A festa continuava em frente à Igreja Matriz com a presença de uma grande multidão que, de acordo com Aires (1966), aguardava a apresentação dos “Congos”. Um coro de vozes anunciava a sua chegada:

Oh! Pretinhos de Congo para onde vão?/Vamos vê o rosário para festejar.  
Arredai, arredai, deixai passar,/Nosso rei, nosso rei, Dom Cariongo  
Mais a sua, mais a sua, Divindade/Para seu trono, para seu trono de Maria.

Encontramos também registro desses festejos no município de Milagres. Nesse município os congos são brincados desde o tempo da escravidão onde também foi construída uma capelinha do Rosário para a realização das brincadeiras. Hoje esse grupo encontra-se em plena atividade.

Diante desse quadro, reafirmamos a necessidade de uma reflexão sobre essa realidade, sobre a construção da identidade do ser negro nesta região, discurso quase ausente no âmbito da educação local. Estes fatos atestam à necessidade da construção de uma outra história caririense, que resgate as experiências e vivências destas populações e que os reconheçam como construtores deste espaço e produtores de cultura.

### 3. Os Congos de Milagres: expressão da cultura negra no Cariri cearense

Os Congos de Milagres são parte do legado africano no Cariri cearense, entretanto pouco conhecidos e ainda pouco estudados do ponto de vista da cultura do Ceará e do seu aporte para a educação. Esta manifestação, de origem banto africana, apresenta como uma de suas características mais fortes um cortejo real e festivo, em que pela via das músicas e das danças, os negros se encontram com suas raízes ancestrais e louvam Nossa Senhora do Rosário. Por isso, o momento da festa em Milagres é permeado por um profundo significado religioso.



No município, o Mestre Doca Zacarias mantém o grupo em plena atividade; herança que recebeu de seus pais e avós e tem procurado transmitir para as gerações mais novas. O Mestre atribui essa devoção a Nossa Senhora do Rosário como parte importante dos ensinamentos recebidos dos seus ancestrais; como uma missão sagrada que lhe foi transmitida e deve ser

repassada. Ele é o líder do grupo, responsável por coordenar toda a apresentação. A integração do grupo depende da sua iniciativa, além de carregar consigo a memória do conjunto da brincadeira (BARROSO, 2007).

Foi com seu pai e avô que Doca Zacarias iniciou-se na brincadeira e tem repassado o conhecimento para seus filhos e netos. O grupo é composto por filhos, netos, genros, noras e alguns parentes mais distantes. Essa família tem a responsabilidade de transmitir o conhecimento para as gerações mais novas. Essa convivência marcada pela solidariedade nos remete aos valores da civilização africana, em que a família é o núcleo fundamental; trata-se de uma obrigação sagrada conhecer e respeitar os antepassados (ALVES, 2006).

Nos Congos o conhecimento é transmitido através dos mais velhos e dos mais experientes para as gerações mais novas no intuito de que estas mantenham a manifestação viva. Na comunidade, os mais velhos atuam na formação educacional das crianças e jovens através de um processo contínuo e permanente que não se restringe ao momento da dança, mas é resultado da convivência cotidiana. Nos Congos de Milagres, os iniciantes passam por um processo de aprendizado que se dá basicamente através da oralidade e da imitação. Escutando, interagindo com os adultos as crianças e adolescentes exercitam o seu direito à alteridade e expressam a linguagem dos ancestrais nos toques e dinâmica rítmica dos tambores (SOUSA, 2005). Assim, é necessário o reconhecimento de outros espaços educativos, que não o da educação formal onde acontece a produção e transmissão de conhecimentos. A convivência no Congo é educativa porque através dessa experiência se estabelece uma formação social, religiosa, política, histórica, que é certamente pedagógica (DAMASCENA, 2005).

Entendemos que a fonte principal desse conhecimento é a convivência, que diz respeito não apenas à relação entre os sujeitos e sua história, de modo que é na cultura e com base na história étnica do indivíduo que são construídos e repassados os conhecimentos das comunidades sendo, portanto, conhecimentos que vêm da ancestralidade (ALVES, 2006).

Na comunidade de Milagres, o Mestre tem um papel fundamental, pois é um portador ativo de uma tradição que traz no seu corpo a memória de um saber coletivo. No entanto, ele não se restringe a repetir a tradição, como nos informa Barroso (2007), mas inova-a e desenvolve a herança que lhe foi repassada, pois não se trata de um preservador da cultura, mas de um criador e inovador. Além disso, ele é um líder e da sua atuação depende a integração do grupo. A performance dos folguedos depende da sua habilidade, do seu vigor físico e ainda,

[...] da ligação do corpo do mestre com a memória coletiva e ancestral, de sua capacidade de reter e desenvolver a herança que lhe foi passada por mestre e brincantes mais antigos, ou seja, depende da riqueza e da complexidade do acervo de gestos, vozes, movimentos e procedimentos que possui (BARROSO, 2007, p. 485).

Os conhecimentos são guardados nas paredes da memória individual e coletiva de sujeitos importantes para a construção desse lugar. É dessa forma que essa história tem passado de geração a geração, gerando outras como defende Bosi (1994), a partir de fios que se cruzam e prolongam o original sendo puxada por outros dedos. Damascena (2005, p. 175) reconhece a contribuição dos mais velhos para o entendimento da congada “[...] pois é através das suas lembranças que se evoca o passado podendo, assim, perceber uma história social e cultural mais significativa”.

Este conhecimento, que advem das experiências vivenciadas, se constroi no espaço da convivência com o outro, da relação com a história e a cultura daquela comunidade. É através da fala dos mais velhos que esta riqueza cultural é legada para os brincantes mais novos. Dessa forma, expressam a sua relação com a fé, com os antepassados: “A adoração aos símbolos, aos deuses, aos fetiches, a prática de rituais são algumas formas de representação do pertencimento a sua cultura, a seu grupo étnico” (ALVES, 2006, p. 143).

A entrada no grupo se dá através de uma promessa feita a Nossa Senhora do Rosário; a devoção aos Congos é uma forma de agradecer à santa as graças alcançadas o que independe de serem bons dançadores. Todo o enredo e seu desdobramento giram em torno do louvor à santa. Nesse caso, os brincantes sentem-se na obrigação de participar do festejo durante toda a sua vida. No entanto, pessoas que não estão pagando promessa, mas demonstram interesse, disciplina e disposição para aprender a dança também podem participar.

De acordo com Martins (1997, p. 35) em toda a sua variedade e diversidade os festejos e cerimônias dos congos “[...] são microsistemas que vazam, fissuram, reorganizam, africana e agramamente, o tecido cultural e simbólico brasileiro [...]. Trata-se, segundo a autora, de outras possibilidades de percepção do real e que mantém um diálogo, nem sempre amistoso, com as formas e modelos que são privilegiados pelo Ocidente.

Essa tradição oral afrobrasileira mantém uma forte relação com as raízes africanas, mas também dialoga com os tempos, sujeitos e espaços variados e, nesse processo, incorpora elementos de culturas diversas. Por este motivo, se constituem manifestações híbridas, resultado das traduções que foram realizadas pelas populações provenientes das diásporas multiculturais, envolvendo concepções, ideias, valores e normas comportamentais diferenciados (MACEDO, 2005). Além de espaços de sociabilidade são também espaços de reelaborações culturais, pois estas práticas culturais e religiosas trazidas do continente africano foram adaptadas e recriadas no Brasil.



#### **4. A dança afro como possibilidade para o aprendizado da cultura**

Na comunidade de Milagres a dança está presente em todos os momentos da celebração em louvor a Nossa Senhora do Rosário e através dela os integrantes expressam a sua etnicidade, sua história de vida e sua relação com uma memória ancestral. Parte da história da região do Cariri cearense também pode ser conhecida através dessa linguagem artística, assim como as músicas que são cantadas, nos figurinos que são utilizados e nas encenações que são realizadas no decorrer das apresentações.

Significa uma possibilidade para que as crianças negras e não-negras tenham garantido o acesso às referências positivas sobre as suas origens e sua história (CERQUEIRA, 2005). Para enfrentarmos a omissão ante a diversidade étnicorracial, é necessário que a escola primeiro reavalie sua posição de omissão perante a origem de seus alunos e alunas e a comunidade em que se encontra situada (SOUSA, 2005). Uma história que nos é contada através da memória dos mais velhos. Este conhecimento se justifica dada a sua importância para o fortalecimento da identidade racial e cultural dos indivíduos inseridos nesse universo. Além dos aspectos destacados, através da linguagem da dança, dos mitos, das músicas a história dos africanos se expressa (ALVES, 2006).

A dança é uma forma de expressividade, de comunicação com o mundo, que revela a história de vida, através de uma linguagem extremamente criativa. A escola deve possibilitar que a criança vivencie a experiência da dança e através dela conheça a história de seus ancestrais, a sua própria e da comunidade em que está inserida.

A escola deve utilizar a dança como atividade de peso formativo, como sugere Videira (2009), pois esta linguagem possibilita que os alunos adquiram um melhor desempenho de suas funções psíquica, social, emocional, intelectual, cultural e religiosa, além de uma comunicação direta entre os indivíduos que dançam e os que apreciam.

#### **5. Considerações finais**

Reconhecemos a necessidade de a escola desenvolver estratégias para a construção de uma identidade negra positiva, numa sociedade que discrimina este grupo, que ensina às crianças desde cedo a negar-se. Para isso, é fundamental que os professores compreendam as particularidades e necessidades dos alunos que frequentam as escolas e possibilitem que as crianças e jovens tenham plena consciência e orgulho de sua pertença étnica.

Nesse estudo, apontamos a valorização do referencial cultural do aluno como ponto de partida para que se amplie à compreensão dos fatos históricos

que envolvem a sua história de vida e, com isso, se compreendam como pertencentes a cultura coletivas, portanto diferentes.

Para que possamos avançar no processo de (re) conhecimento do sujeito negro através dele próprio, da sua cultura, da sua história de vida, é fundamental refletirmos em torno de uma pedagogia que permitam a todas as crianças, na sua diversidade, apropriar-se das próprias palavras. Nesse sentido, é que propomos algumas possibilidades de inserção do conhecimento que vem dos Congos caririense no currículo que podem ser explorados pelas escolas da região possibilitando-nos a compreensão do contexto em que estamos inseridos e estabelecendo uma relação de pertencimento com esta realidade.

## REFERÊNCIAS

AIRES, Octávio. **O folclore e o dia de reis no Juazeiro de outrora**. Relatos pessoais, 1966.

ALVES, Teodora de Araújo. **Heranças de corpos brincantes: saberes da corporeidade em danças afro-brasileiras**. Natal: EDUFRRN, 2006.

BARROSO, Raimundo Oswald Cavalcante. **Teatro como encantamento: bois e reisados de caretas no Ceará**. Fortaleza: Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Ceará – UFC, 2007 (Tese de Doutorado).

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Eduardo. **Revelações das condições de vida dos cativos do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

CARNEIRO, Mário Henrique Thé Mota. **Reis, rainhas, calungas, balaios e batuques: imagens do Maracatu Az de Ouro e suas práticas educacionais**. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/Universidade Federal do Ceará (UFC), 2007. (Dissertação de Mestrado).

CERQUEIRA, Valdimarina Santos. A construção da auto-estima da criança negra no cotidiano escolar. *In.*: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

DAMASCENA, Adriane Álvaro. O caráter formativo da congada. *In.*: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

FUNES, Eurípedes. O negro no Ceará. *In.*: Souza, Simone de. (org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

MACEDO, Marluce de Lima. Tradição oral afro-brasileira e escola: um diálogo possível?. *In.*: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. (orgs.). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2005. (v. 3).

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do rosário do jatobá**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **O Padre Cícero que eu conheci**. Fortaleza: Premius, 2001.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: 1950.

RATTS, Alecsandro José Prudêncio. **Fronteiras invisíveis**: territórios negros e indígenas no Ceará. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Departamento de Geografia (USP), 1996. (Dissertação de Mestrado).

SAMPAIO, Alacoque. **A casa de mãe Yayá**. Crato-CE: Tipografia e Papelaria do Cariri, 1995. (v. 3, p. 53-8).

SOUSA, Edileuza Penha de. **Tamborizar**: história e afirmação da auto-estima das crianças e adolescentes negros e negras através dos tambores de congo. Salvador: Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade/Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2005. (Dissertação de Mestrado).

VIDEIRA, Piedade Lino. **Marabaixo, dança afrodescendente**: ressignificando a identidade étnica do negro amapaense. Fortaleza: Edições UFC, 2009.